

PROJETO BÁSICO

I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A CONTRATAÇÃO

1. **Processo Administrativo nº** 2024.0.000001295-9
2. **Órgão:** Defensoria Pública – DPMT
3. **Número da Unidade Orçamentária:** 10101.
4. **O critério de julgamento das propostas será:** Maior Desconto
5. **Regime de Execução:** Empreitada por preço global.
6. **Forma de Fornecimento:** Integral
7. **Unidade Administrativa Solicitante:** Primeira Subdefensoria Pública-Geral
8. **Área Técnica:** Diretoria de Infraestrutura Física
9. **Artigo de Luxo:** () Sim (X) Não

II - FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO

1. DO OBJETO SINTÉTICO:

- 1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para a execução de obra de engenharia, visando a construção do Núcleo de Barra do Bugres da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
- 1.2. A licitação será conduzida pela modalidade concorrência, pelo regime indireto por preço global, tendo como critério de julgamento o maior desconto.
- 1.3. O Núcleo de Barra do Bugres será construído na Avenida Deputado Renê Barbours, Lote 04, Bairro Boa Esperança, Barra do Bugres-MT. O terreno possui 1.176,00 m² (mil cento e setenta e seis metros quadrados) e a área construída da edificação é de 786,13 m² (setecentos e oitenta e seis metros quadrados e treze décimos quadrados).
- 1.4. O prazo da contratação é de 480 (quatrocentos e oitenta) dias e o prazo de execução da obra é de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, com possibilidade de prorrogação.
- 1.5. O Valor global máximo da contratação é de R\$ 4.069.395,93 (Quatro milhões, sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos).
- 1.6. O objeto a ser contratado é classificado como obra de engenharia, nos termos do artigo 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7. As licitantes deverão realizar análise completa dos projetos de arquitetura e complementares de engenharia (especificações, desenhos, memoriais e demais peças técnicas) e assumem seu perfeito entendimento, bem como total conhecimento das particularidades dos serviços e da situação existente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Atualmente esta Instituição possui a Política Institucional de Expansão da Defensoria Pública, que visa a construção de núcleos próprios. Embora a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ofereça assistência jurídica gratuita em 79 (setenta e nove) comarcas do estado, possui apenas 04 (quatro) imóveis próprios, localizados nas cidades de Primavera do Leste, Sinop, Jaciara e Juscimeira. Todos os outros imóveis que a Instituição utiliza são alugados ou cedidos por meio de parcerias com as prefeituras locais e Fóruns, entre outros.

A Política Institucional de Expansão prevê os seguintes benefícios:

- Diminuição dos gastos com pagamentos de aluguéis.
- Criação de uma padronização visual e física dos Núcleos.
- Construção de imóveis acessíveis e com tecnologias sustentáveis.
- Construção de imóveis que atendam integralmente às necessidades da Instituição.

2.2. Neste sentido, a Administração Superior inseriu no seu plano anual de atuação a construção do Núcleo de Barra do Bugres, pois o prédio atualmente utilizado apresenta problemas estruturais, quais sejam:

2.2.1. **Recepção inadequada:** A limitação de espaço na área de recepção impõe obstáculos à adequada prestação de serviços aos usuários. As longarinas antigas, somadas à ausência de área

designada para uma longarina específica destinada a obesos, juntamente com a falta de conformidade com as normas de acessibilidade para cadeirantes, comprometem a funcionalidade do ambiente e dificultam a experiência dos usuários, especialmente aqueles com necessidades especiais. Além disso, a capacidade reduzida de atendimento ao público devido à insuficiência de espaço amplia os desafios operacionais enfrentados pela instituição.

2.2.2. Gabinetes inadequados: é necessária a ampliação e reestruturação do espaço para garantir que haja espaço suficiente para os Defensores Públicos, Assessores e estagiários realizarem seus atendimentos de forma privativa, confortável e eficiente.

2.2.3. Estacionamento com poucas vagas: A falta de vagas de estacionamento compromete a acessibilidade e o conforto tanto para funcionários quanto para assistidos, impactando negativamente na eficiência operacional e na satisfação dos usuários.

2.2.4. Acessibilidade universal: A acessibilidade também é comprometida, pois há ausência de adequações estruturais como rampas, espaços restritos nos banheiros e aberturas de vãos pequenos. Além disso, a falta de barras de apoio e piso tátil torna ainda mais difícil a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Adicionalmente, a recepção não oferece um espaço adequado para cadeirantes aguardarem, agravando a dificuldade de acesso e conforto para os usuários com deficiência.

2.2.5. Espaço para atendimento: As salas existentes não são privativas nem confortáveis, o que compromete a privacidade e o bem-estar durante os atendimentos. Essa inadequação estrutural afeta a eficiência na prestação de serviços e a qualidade do atendimento aos assistidos.

2.2.6. Padronização visual: A falta de uma identidade visual coesa e profissional tanto na fachada quanto nos espaços internos dificulta a transmissão de uma imagem de organização e eficiência. Essa ausência de uma representação visual adequada pode impactar negativamente na percepção pública da instituição e influenciar a confiança dos usuários nos serviços oferecidos.

2.2.7. Estrutura física: O Núcleo demonstra uma série de inadequações em sua infraestrutura física. Infiltrações, pintura deteriorada, piso danificado e não uniforme, portas em mau estado e sem maçanetas, ausência de luminárias, deficiências acústicas e lumínicas, presença de rachaduras visíveis, descolamento do rodapé e danos nas divisórias navais são problemas notáveis. Essas falhas comprometem não apenas a estética do ambiente, mas também sua funcionalidade e conforto.

2.3. A construção do novo Núcleo de Barra dos Bugres atende ainda algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, das Nações Unidas. Os ODS são um conjunto de 17 metas globais adotadas por todos os Estados Membros das Nações Unidas em 2015, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos até 2030.

2.4. Com a construção pretendida as seguintes metas serão alcançadas:

Objetivo 6 – Água potável e saneamento: a construção em tela prevê o reuso das águas de chuva para irrigação das áreas verdes.

Objetivo 7 - Energia limpa e acessível: a construção prevê a instalação de energia fotovoltaica, assegurando o acesso a fontes de energia sustentáveis e modernas.

Objetivo 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: com a futura construção, a presença da Defensoria Pública será fortalecida na região, promovendo a justiça e o acesso à assistência jurídica para todos.

2.5. Para realizar a construção do Núcleo de Barra do Bugres, a Administração Superior da Instituição tomou as seguintes providências:

2.5.1. Foram conduzidas tratativas junto a Prefeitura Municipal de Barra dos Bugres para a doação de um terreno para a construção do Núcleo. Desta maneira, conforme a lei municipal nº 2.476/2021, o terreno doado está localizado na Avenida Deputado Renê Barbour, nº 04, Bairro Boa Esperança, Barra do Bugres/MT, com área de 24,00 x 49,00, totalizando 1.176,00 m².

2.5.2. Foi realizada a contratação da elaboração dos projetos executivos, planilhas orçamentárias, licenças ambientais, além dos memoriais e todos elementos gráficos e especificações técnicas necessárias à execução do objeto. Ressalta-se que toda a elaboração dos projetos foi conduzida em um fluxo de trabalho BIM, a qual possui ferramentas para detectar previamente a ocorrência de incompatibilidades entre as diferentes modalidades.

2.6. Desta maneira, caso a construção do Núcleo de Barra dos Bugres não ocorra, esta

Instituição enfrentará os seguintes prejuízos:

- 2.6.1. Perda da cessão do terreno no caso da não realização da obra.
- 2.6.2. Não utilização dos projetos previamente contratados.
- 2.6.3. Futura sobrecarga das instalações atuais da Defensoria Pública no município, acarretando em prejuízo no atendimento à população hipossuficiente.
- 2.7. Além do mais, houve previsão da contratação no Plano de Aquisições do ano de 2024. O Plano Anual de Aquisições pode ser acessado através do link: https://www.gp.srv.br/transparencia_dpemt/servlet/portal_publicacoes.

3. DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A contratação será realizada por licitação na modalidade Concorrência, de forma Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual nº 1.525/2022.

4. DA SOLUÇÃO INDICADA NO ETP:

4.1. O objeto da contratação é a execução de obra de engenharia, visando a construção do Núcleo de Barra do Bugres da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. O edifício a ser construído, possui apenas pavimento térreo, e é setorizado da seguinte forma: recepção, atendimentos, gabinetes, estacionamento e área de serviço.

4.2. O edifício será construído com estrutura de concreto armado, forro de gesso e piso em porcelanato. Possuirá telhas metálicas termoacústicas, sustentadas por estrutura metálica e platibanda.

4.3. A solução como um todo está descrita no projeto executivo, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias que podem ser acessadas através do seguinte link: <https://drive.google.com/drive/folders/1ozb30TgPpuLBkZshzj98Xlt318fpJHEM?usp=sharing>

4.4. O projeto foi aprovado junto à Prefeitura de Barra do Bugres e as licenças necessárias para o início da obra foram obtidas. A relação de documentos inseridos no link acima está descrita abaixo:

- Projeto de Instalações provisórias;
- Projeto de cabeamento estruturado;
- Projeto de climatização e renovação de ar;
- Vídeo da maquete eletrônica;
- Projeto de acessibilidade;
- Projeto de paisagismo;
- Tabela botânica;
- Projeto de sinalização viária;
- Projeto de sinalização viária e comunicação visual;
- Projeto arquitetônico;
- Projeto de pavimentação;
- Projeto luminotécnico;
- Instalações elétricas e cabeamento estruturado/ CFTV;
- Gerenciamento de risco - Proteção contra descargas atmosféricas;
- Projeto hidráulico;
- Projeto de águas pluviais;
- Projeto sanitário;
- Projeto estrutural;
- Terraplanagem;
- Levantamento topográfico;
- Projeto de fundação;
- Projeto de estrutura metálica;
- Projeto de estrutura de concreto armado;
- Sondagem a percussão;
- Projeto GLP;
- Projeto de segurança contra incêndio e pânico;

- Planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro;
- Memoriais Descritivos.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Características gerais

5.1.1. A contratada deverá ser especializada no ramo de engenharia ou arquitetura, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes e conselhos de classe, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade.

5.1.2. A contratada deverá possuir experiência no mercado e capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional para a execução da obra/serviço de engenharia.

5.1.3. A contratada deverá possuir em seu quadro técnico, profissionais legalmente habilitados e devidamente inscritos nos respectivos Conselhos de Classe (CREA ou CAU/UF), devendo contar com no mínimo os seguintes profissionais: engenheiro civil e arquiteto.

5.1.4. A contratada fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a continuidade dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.

5.1.5. Executar a obra no prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias, nos termos do contrato.

5.1.6. A eventual necessidade de prorrogação dos prazos do cronograma físico deverá ser protocolada à autoridade superior, devidamente fundamentado, o qual decidirá pela concessão ou não do pedido formulado.

5.1.7. A execução do objeto ocorrerá no município de Barra do Bugres, na Avenida Deputado Renê Barbour, nº 04, Bairro Boa Esperança.

5.1.8. É vedada, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado de familiar de membro ou servidor da DPE-MT, com parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, que tenha participado diretamente do processo de contratação ou preste serviço no órgão, nos termos do art. 13 da Resolução n. 18/2023/DPG, publicada em 07/11/2023.

5.2. Vistoria

5.2.1. Antes de formular a sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo recomendada a vistoria ao local da construção, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

5.2.2. Caso opte em não realizar a vistoria, a empresa deverá emitir uma declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando que conhece o local e as condições de realização da obra e peculiaridades da contratação (conforme Anexo I).

5.2.3. A licitante que optar por realizar a visita técnica, deverá realizar o agendamento para a realização da vistoria, com antecedência mínima de 8(oito) dias úteis para a data requerida, visto que será necessária a ida de um servidor da Diretoria de Infraestrutura Física para acompanhamento. O agendamento deverá ser realizado pelo e-mail dif@dp.mt.gov.br.

5.2.4. A contratada se responsabilizará por todas as despesas com instalação e mobilização necessárias à entrega do objeto.

5.3. Subcontratação

5.3.1. Será autorizada a subcontratação parcial do objeto para os serviços específicos que acompanham a obra/serviço conforme Cláusula específica da Subcontratação.

5.4. Garantia da Proposta

5.4.1. Como pré-requisito de habilitação, a licitante deverá recolher no momento da apresentação da proposta, uma quantia correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, a título de garantia da proposta.

5.4.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.4.3. A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação implicará na execução do valor integral da garantia de proposta.

5.4.4. A garantia da proposta poderá ser prestada nos termos descritos no § 1º do art. 96 da lei 14.133/2021.

5.5. Garantia adicional

5.5.1. Para o licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional para a assinatura do contrato, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no Art. 59 da Lei 14.133/2021.

5.6. Garantia de Execução Contratual

5.6.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

5.6.2. Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia.

b) Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Prestador de Serviço”, representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o contratante.

c) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.6.3. A garantia, quando em dinheiro, deverá ser efetuada através de depósito em conta corrente específica para caução, a seguir descrita:

Banco do Brasil – 001

Conta corrente Caução – **XXXXXXXX-XX**

5.6.4. Após efetuar o depósito de pagamento da garantia em qualquer agência do Banco do Brasil, encaminhar ao contratante, cópia do comprovante de depósito/transferência.

5.6.5. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

5.6.6. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.6.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o período no qual o contrato seja suspenso por ordem ou inadimplemento da Administração.

5.6.8. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5.6.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da DPE-MT, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

5.6.10. No seguro-garantia é vedada a inclusão de cláusula prevendo a obrigação de comunicar a mera expectativa de sinistro por parte da Contratante, bem como cláusula que permita a execução do objeto do contrato por meio de terceiros;

5.6.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia acarretará a aplicação de multa conforme Cláusula contratual.

5.6.12. Caso o atraso seja superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos na prestação da garantia contratual nas modalidades caução ou fiança bancária, a DPE-MT poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite do percentual estabelecido a título de garantia.

5.6.13. A retenção efetuada com base nesta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

5.6.14. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada em razão da falta de apresentação da garantia desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em

dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.6.15 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

5.6.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.6.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.6.18. A DPE-MT executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.6.19 O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela DPE MT quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

5.6.20. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

5.6.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

5.6.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

5.6.23. A Contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

5.6.24. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.6.24.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.6.24.2. Prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.6.24.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

5.6.24.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

5.6.25. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

5.6.26. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.6.25. O prazo da garantia de execução contratual deverá se estender até 90 (noventa) dias após o fim do prazo de vigência contratual.

5.7. Garantia da Obra:

5.7.1. A garantia da obra será de 5 (cinco) anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

5.7.2. É obrigação da Contratada a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), c/c o Art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Participação de consórcios

5.8.1. É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seus artigos 14 e

15 atribuem à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas.

5.8.2. Desse modo, fica definido que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

5.8.3. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando empresas, isoladamente, não têm condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

5.8.4. A medida adotada com relação à vedação à participação de consórcios para o caso concreto do presente certame, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

5.8.5. A contratação em tela possui características básicas e comuns, disponíveis no mercado em geral. Sendo assim, os requisitos estabelecidos não limitam a participação dos interessados.

5.9. Da reserva à empresas ME/EPP

5.9.1. Visto que a contratação em tela tem como objeto a prestação de um serviço de natureza indivisível (execução de obra de engenharia), não cabe a reserva de cota de até 25% do valor da contratação para empresas ME/EPP.

5.9.2. Será garantida a preferência na contratação para microempresas e empresas de pequeno porte como critério de desempate, em consonância com o Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. Das condições de execução:

6.1.1. O início da execução das obras será precedido da emissão de Nota de Autorização de Despesa (NAD), a qual estipulará o prazo para início dos serviços.

6.1.2. O efetivo início da obra estará condicionado à comprovação, pela contratada, do vínculo do(s) profissional(is) indicado(s), conforme descrito no item 9.3.3.3, como também da apresentação da garantia contratual, conforme disposto na Cláusula das Garantias.

6.1.3. A execução do objeto deverá seguir rigorosamente às etapas previstas no cronograma-físico financeiro, que norteará a medição do item “administração local”, que será pago proporcionalmente às etapas executadas.

6.1.4. Atrasos na execução das obras que representem diferença acumulada superior a 20% (vinte por cento) em relação ao cronograma físico-financeiro serão passíveis de multa por parte da fiscalização.

6.1.5. Eventuais prorrogações de prazo no cronograma, sem que haja aumento de quantitativo dos serviços, não gerarão aditivos de acréscimo ao item “administração local”, salvo em razão de prorrogação por caso fortuito ou que a administração tenha dado causa.

6.2. Do início da execução da obra:

6.2.1. A empresa deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil elaborado e assinado por Engenheiro devidamente habilitado no CONFEA/CREA, em consonância com a Resolução CONAMA nº 307/2002, a Lei nº 12.305/2010 e o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil da localidade da obra.

6.2.2. É de responsabilidade da contratada a seleção e contratação dos fornecedores, garantindo a qualidade e a conformidade com as especificações técnicas.

6.2.3. Ficará a cargo da contratada a execução das ligações preliminares de energia, água e esgoto, necessários à montagem do canteiro de obras.

6.2.4. Quanto ao pagamento das faturas de energia e de água/esgoto, as mesmas serão de responsabilidade da Contratada.

6.2.5. A empresa deverá entregar à Fiscalização os seguintes documentos:

6.2.5.1. Comprovante de matrícula da obra no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pelo CNO (Cadastro Nacional de Obras).

6.2.5.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do responsável técnico pela execução da obra, onde deverá constar nome, título e número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

6.2.6. Antes do início dos serviços, deverá ser realizada uma reunião entre o responsável pela obra e a Fiscalização, de forma presencial ou virtual, para alinhamento do planejamento e execução da obra.

6.3. Dos equipamentos de proteção e mão de obra a ser empregada:

6.3.1. A Contratada deverá tomar todas medidas de segurança no canteiro de obras durante toda a execução dos serviços.

6.3.2. A Contratada deverá fornecer aos seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva, e promover a substituição destes sempre que necessário, conforme a periodicidade estipulada em NR ou quando o EPI/EPC não oferecer mais segurança ao funcionário, o que ocorrer primeiro. Durante todo o período de trabalho os funcionários da contratada deverão estar uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de segurança.

6.3.3. Todas as Normas Regulamentadoras – NR, relativas à segurança e medicina do trabalho deverão ser atendidas pela contratada.

6.3.4. A Contratada deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a Contratante poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.

6.3.5. A Contratada deverá ser conhecedora e observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR's do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 18 e NR 5.

6.3.6. Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a Fiscalização poderá notificar a Contratada e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas neste contrato.

6.3.7. O canteiro de obras deverá ser devidamente preparado de acordo com as recomendações da NR18, levando-se em consideração o número máximo de funcionários por turno, de forma a garantir aos funcionários da Contratada saúde, segurança e conforto.

6.4. Dos critérios de sustentabilidade ambiental a serem adotados na execução dos serviços

6.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade constantes no projeto, a empresa deverá atender aos seguintes requisitos baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.4.1.1. Prevenção de Resíduos: na fase de planejamento, a contratada deverá prevenir a geração de resíduos que serão gerados, aumentando a reutilização de produtos e/ou utilizando produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

6.4.1.2. Gestão de resíduos: A remoção de todo resíduo gerado com a execução dos serviços deverá ser retirada para fora dos locais de execução dos serviços e depositados em locais permitidos pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, observando toda legislação ambiental específica sobre o tema.

6.4.2. A Contratada deverá suportar todos os custos decorrentes da retirada, armazenamento, transporte e encaminhamento de todos os resíduos, devendo ainda comprovar à fiscalização a destinação final dos mesmos.

6.4.3. Os serviços prestados pela Contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

6.4.4. A Contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios de sustentabilidade ambiental indicados abaixo:

- 6.4.4.1.** Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.
- 6.4.4.2.** Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável.
- 6.4.4.3.** Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.
- 6.4.4.4.** Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio, deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- 6.4.4.5.** Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizando a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont.
- 6.4.4.6.** Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
- 6.4.4.7.** Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- 6.4.4.8.** Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999.
- 6.4.4.9.** Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.
- 6.4.4.10.** Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

6.5. Dos padrões mínimos de qualidade dos serviços e materiais empregados na construção:

- 6.5.1.** Os serviços executados devem seguir os procedimentos e especificações estabelecidas pelas normas técnicas aplicáveis ao setor de construção civil, garantindo a segurança, durabilidade e desempenho da obra.
- 6.5.2.** Os materiais a serem empregados na obra e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
 - 6.5.2.1.** As normas e especificações constantes deste documento.
 - 6.5.1.2.** As Normas da ABNT.
 - 6.5.1.3.** Aos regulamentos das empresas concessionárias.
 - 6.5.1.4.** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
 - 6.5.1.5.** Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
 - 6.5.1.6.** Ao Manual de Obras Públicas – Edificações - práticas SEAP – Projetos, Construção e Manutenção.
 - 6.5.1.7.** Às Normas da ANSI (American National Standards Institute) EIA/TIA 568A/B, 606A e 569B.
- 6.5.3.** Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.
- 6.5.4.** Todos os cabos de cobre a serem utilizados na obra deverão ser de marcas associadas à QUALIFIO.
- 6.5.5.** A Contratada deverá apresentar os relatórios de controle tecnológico dos materiais empregados, ficando responsável pela correção de qualquer não conformidade detectada após a realização dos ensaios.
- 6.5.6.** A execução do objeto deverá atender integralmente às especificações detalhadas nos projetos executivos, memoriais e planilha orçamentária.
- 6.5.7.** No caso de divergência de informações entre os projetos fornecidos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nos projetos, seguido das especificações e, por último da planilha orçamentária, sempre consultada previamente a fiscalização. Os casos não abordados serão definidos pela fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

6.5.8. A execução dos serviços deve ser supervisionada por profissionais qualificados, assegurando que todas as etapas do trabalho sejam realizadas de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos no projeto.

6.5.9. O Contratado deverá realizar o preenchimento e envio diário do Relatório Diário de Obras, em formato acordado junto à Fiscalização.

6.5.10. Caso a Contratada identifique, durante a execução da obra, a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento. Para a inclusão de serviços adicionais, sejam quantitativos ou qualitativos, após a concordância da Diretoria de Infraestrutura Física e aprovação da Autoridade Superior, será realizado aditivo contratual. Conforme estabelece o Art. 132 da Lei nº 14.133/2021, a formalização do termo aditivo é condição para a execução, salvo em casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1(um) mês.

6.5.11. A Contratada deverá ter procedimento de aferição quanto ao atendimento de conformidade dos materiais, de forma a rejeitar os materiais e equipamentos que forem fornecidos fora da especificação técnica.

6.6. Do diário de obras:

6.6.1. A Contratada deverá realizar o preenchimento e envio diário do Relatório Diário de Obras, em formato acordado junto à Fiscalização.

6.6.2. Caberá à Contratada o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", o qual terá as seguintes características:

6.6.2.1. Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 02 vias, sendo a primeira da contratante e a segunda da Contratada;

6.6.2.2. Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da fiscalização e do Responsável Técnico da Contratada;

6.6.2.3. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas da Contratada e do Contratante.

6.6.3. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela Contratada:

6.6.3.1. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;

6.6.3.2. Consultas à fiscalização;

6.6.3.3. Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;

6.6.3.4. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

6.6.3.5. Respostas às interpelações da fiscalização;

6.6.3.6. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;

6.6.3.7. Outros fatos que, a juízo da Contratada, devem ser objeto de registro.

6.6.4. Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela fiscalização:

6.6.4.1. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da Contratada no "Diário de Obras";

6.6.4.2. Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

6.6.4.3. Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela Contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;

6.6.4.4. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da Contratada, seus prepostos e sua equipe;

6.6.4.5. Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;

6.6.4.6. Outros fatos que, a juízo da fiscalização, devem ser objeto de registro.

6.7. Local e horário da prestação dos serviços:

6.7.1. Local da obra: Avenida Deputado Renê Barbours, nº 04, Bairro Boa Esperança, Barra do Bugres – MT.

6.7.2. Os serviços deverão ser executados no seguinte horário: 07h às 17h. Caso seja necessário, poderá ser acordado horários diferentes, com a devida aprovação da Fiscalização.

6.8. Regime de execução do objeto:

6.8.1. O regime de execução do objeto será através de empreitada por preço global.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com a programação, e condições estabelecidas neste Projeto Básico e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1. Em caso de impedimento ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.2. A comunicação entre a Administração e a contratada serão realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, inclusive por meio de aplicativos, como “Whatsapp” e similares para esse fim.

7.1.3. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

7.1.4. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

7.2. A DPE-MT poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a DPE-MT poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4. Da fiscalização:

7.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, a ser designado dentre os servidores da DPE-MT/DIF.

7.4.2. O fiscal do contrato deverá se atentar a todas as atribuições a ele estabelecidas por meio do art. 15 c/c o art. 310 ao 313 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

7.4.3. Ao fiscal técnico do contrato, auxiliado pela fiscalização administrativa setorial e pelo público usuário, compete um conjunto de ações que objetivam:

7.4.3.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela DPE-MT para os serviços contratados;

7.4.4. Das responsabilidades do Fiscal Administrativo:

7.4.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.4.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.4.6. Das responsabilidades do Gestor do contrato:

7.4.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.4.6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.4.6.3. O gestor do contrato deverá informar à Autoridade Superior a possibilidade de formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, em decorrência da sua regularidade;

7.4.6.4. Serão observadas pelos gestores as atribuições elencadas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

7.4.6.5. Negociar com a Contratada as condições contratuais, quando necessário, bem como decidir quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos (Decreto Estadual nº 1.525/2022, art. 14, X e XV).

8. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

8.1. Da ordem de serviço:

8.1.1. A expedição da “NAD/ordem de serviço” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado - DOE e a entrega da “garantia de cumprimento do contrato”, nos termos do § 3º do artigo 241 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.2. Do prazo de execução:

8.2.1. O prazo de execução dos serviços contratados será de **360 (trezentos e sessenta) dias** consecutivos, contados a partir da data especificada na NAD/Ordem de serviço.

8.2.1.1. Nos termos do art. 293, § 1º do Decreto Estadual nº 1.525/2022, o prazo inicialmente previsto poderá ser alterado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, por meio de aditivo contratual antecedido de análise técnica e jurídica, devendo a CONTRATADA apresentar cronograma readequado para a conclusão do objeto contratual, sem prejuízo de eventual constituição em mora e aplicação de penalidades.

8.3. Prazo de vigência e prorrogação:

8.3.1. O prazo de vigência da contratação é de **480 (quatrocentos e oitenta) dias** consecutivos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e 291 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

8.3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

8.3.2.1. Ultrapassada a vigência contratual, deverá ser observado o disposto no artigo 293, § 2º do Decreto Estadual nº 1.525/2022, competindo à DPE-MT instaurar procedimento administrativo para verificar a culpa pelo atraso e adotar alguma das opções previstas no parágrafo único do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e parágrafo único do art. 291 do Decreto Estadual nº 1.525/2022:

- a) Constituição em mora da Contratada, e respectivas sanções administrativas;
- b) a DPE-MT poderá optar pela extinção do contrato, caso em que adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8.3.3. O prazo de vigência inclui o prazo de execução, entrega dos serviços, de observação e de recebimento definitivo.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com fundamento no art. 28, inciso II c/c art. 27, da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 93 e seguintes do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

9.1.2. A proposta será analisada pelo critério do maior desconto linear aplicado ao valor de referência, com fundamento no art. 34, §2º da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3. Caso a empresa apresente proposta com valor menor que 75% do valor orçado pela Administração, deverá comprovar a exequibilidade da mesma (Art. 59 da Lei 14.133/2021), conforme os seguintes critérios:

9.1.3.1. Apresentação de contratos e notas fiscais que comprovem a construção de obra, de prédio comercial ou institucional, com área mínima de 393,1m².

9.1.3.2. Apresentação de certidão de acervo técnico, emitida pelo CREA/CAU, que comprove a qualidade da execução de objeto pretendido.

9.1.3.3. A certidão de acervo técnico deverá possuir, no mínimo, a execução dos seguintes itens, de forma a comprovar a execução do objeto pretendido:

- Cabeamento Estruturado.
- Instalações Hidrossanitárias.
- Instalações Elétricas.
- Estruturas de Concreto.
- Estruturas Metálicas.

9.1.3.4. A apresentação de todos os documentos relacionados acima não é garantia de comprovação da exequibilidade da proposta da empresa, sendo os mesmos condicionados à análise e parecer da área técnica.

9.2. Da documentação para habilitação

9.2.1. Previamente à celebração da contratação, a Administração poderá verificar o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.2.1.1 SICAF.

9.2.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis). e

9.2.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.2.3. Declaração de que o contratado cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do art. 92, XVII da lei n. 14.133/2021.

9.2.4. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, ou nos documentos solicitados ou outra forma inidônea.

9.2.5. É dever do contratado manter atualizada a documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.2.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.2.9. Por tratar-se de contratação cujo objeto é de maior complexidade, deverá ser adotada proporcionalmente o cumprimento de requisitos mais elaborados para a seleção do fornecedor, incluindo a aceitação da Matriz de Riscos e a alocação dos riscos destinados à contratada (art. 70, inciso III Lei n. 14.133/2021).

9.3. Das exigências de habilitação

9.3.1. A Contratada deverá atender todas as exigências de **habilitação e qualificação**, nos termos da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 1.525/2022.

9.3.2. Da qualificação Técnico-Operacional

9.3.2.1. A empresa deverá possuir registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

9.3.2.2. A empresa deverá ter a comprovação de que já executou serviços de execução de obra de engenharia, ou de características semelhantes, com área de no mínimo 50% da área construída pretendida, qual seja 786,13m², totalizando o requisito habilitatório mínimo de 393,1m².

9.3.2.3. A comprovação deverá ser realizada através de um ou mais atestados de capacidade técnica, referentes a execução de obra de engenharia em materiais mistos para ambientes corporativos. Os atestados de capacidade técnica deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados somados devem resultar em uma área igual ou maior que 50% da área construída estimada do objeto.

9.3.2.4. Para fins da qualificação técnica acima, serão considerados ambientes corporativos aqueles onde são desenvolvidas atividades administrativas de empresas de quaisquer setores econômicos, e que possuam sistema de ar condicionado e rede lógica.

9.3.3. Da Qualificação Técnico-Profissional

9.3.3.1. A empresa deverá apresentar comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos 01 profissional de nível superior, habilitado nas áreas de engenharia civil ou arquitetura, devidamente registrados nos respectivos Conselhos.

9.3.3.2. O profissional registrado pela empresa deverá comprovar em uma ou mais Certidões de Acervo Técnico – CAT, comprovação de execução de obra de engenharia com a área igual ou maior que 50% da área do objeto a ser contratado, que totaliza o requisito mínimo de 393,1m².

9.3.3.3. Além disso, o profissional de nível superior indicado pela empresa deverá participar da obra objeto da licitação, sendo admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Justificativas para a inclusão de quantitativos mínimos de qualificação:

9.4.1. Seguem abaixo as justificativas para a inclusão de quantitativos mínimos de qualificação:

9.4.1.1. O objetivo da inclusão dos quantitativos mínimos visa a busca de uma empresa que tenha condições técnicas de prestar um bom serviço para esta Instituição.

9.4.1.2. A quantidade mínima de qualificação está razoável e proporcional ao tipo e a quantidade de serviço que se espera contratar.

9.4.1.3. A inclusão dos quantitativos mínimos de qualificação são razoáveis e proporcionais com o mercado e não são critérios que restringem a participação de empresas no presente certame.

9.5. Do balanço patrimonial:

9.5.1. Somam-se aos demais critérios, a exigência mínima, a título de qualificação econômica financeira, a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente ao percentual de 10% do valor estimado da contratação, conforme exigido pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, e especificado no art. 69 da Lei 14.133/2021.

9.5.2. Os critérios da contratação indicados na presente cláusula deverão ser cumpridos em observância às demais exigências contidas a título de obrigações previstas no bojo do presente Projeto Básico.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O custo total da contratação é de R\$ 4.069.395,93 (Quatro milhões, sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários e totais, apostos no cronograma físico financeiro.

10.2. As despesas referentes ao presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

Unidade Orçamentária: 10.101
Programa: XXX
Projeto/Atividade: XXXX

Região: XXXX

Natureza de Despesa: X.X.XX

Fonte: X.XXX.XXXX

11.DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

11.1. A empresa Contratada deverá encaminhar ofício com a solicitação de medição, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a obra completar intervalos de 30 (trinta) dias de execução, sempre contados a partir do efetivo início dos serviços.

11.1.1. O ofício encaminhado pela empresa Contratada será protocolado por meio do sistema SEI, e encaminhado à Diretoria de Infraestrutura Física, a qual deverá elaborar a planilha de medição verificando o cumprimento das etapas definidas no cronograma físico-financeiro e a conformidade qualitativa e quantitativa dos serviços executados no período.

11.1.2. Depois de fechada a planilha e acordada com a Contratada, esta apresentará a fatura/nota fiscal, bem como as certidões necessárias, e caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, elaborando relatório de acompanhamento de obra para fins de ciência da Administração Superior.

11.1.3. Por conveniência e critério da DPE-MT o prazo de medição poderá ser alterado para mais ou para menos, conforme o desenvolvimento dos serviços a serem medidos.

11.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.1.5. Após a emissão da nota fiscal, a Contratante tem um prazo de até 30(trinta) dias para efetivo pagamento dos serviços prestados pela Contratada.

11.2. Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

11.3. Os processos de pagamento deverão conter o comprovante de pagamento do ISSQN da última medição paga à Contratada, indicando o Município onde o serviço tenha sido realizado, nos termos da Lei nº 10.162/2014;

11.3.1. A não apresentação da guia de Recolhimento do ISSQN quitada da Nota Fiscal da medição anterior, já paga pela DPE MT, ensejará multa contratual no percentual de 0,5% do valor do contrato, não servindo como prova do recolhimento, a juntada de certidão negativa do município.

11.3.2. A última medição do contrato deverá conter o comprovante de pagamento específico desta medição, não sendo aceito somente o comprovante de pagamento da última medição paga.

11.4. Após aprovação da medição, os autos serão instruídos com os seguintes documentos:

- a) check list de engenharia;
- b) Comprovação da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;
- c) Matrícula Específico da Obra no INSS CEI ou CNO;
- d) Baixa do CEI ou CNO (para o caso de medição final);
- e) Nota(s) Fiscal(is).

11.4.1. Não sendo apresentada a baixa do CEI ou CNO, será retido o percentual de 15% (quinze por cento) da última medição, limitado ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que somente será liberado após a apresentação da respectiva baixa.

11.4.2. Nos termos do art. 3º, da Portaria nº 152/GSF/SEFAZ/2023, a Contratada deverá emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.4.2.1. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à DPE-MT (Art. 3º, § 2º, Portaria nº 152/GSF/SEFAZ/2023, de 28/07/23).

11.5. Nos meses em que não forem realizadas medições na obra, e não existindo ordem de paralisação da obra por parte da Administração, deverá ser lançada medição igual a “zero” no

controle e acompanhamento financeiro do contrato, com expresso e formal registro de justificativa para aquela situação, como também deverá ser atualizado o cronograma físico-financeiro, o qual deverá vir acompanhado de cópia do “Diário de Registro de Obra” e “Relatório Fotográfico”, que demonstrem o acompanhamento da obra por parte dos fiscais da DPE-MT.

11.6. A medição igual a “zero”, sem justificativa caracterizará abandono ou inexecução da obra e contrato, ensejando a adoção das medidas cabíveis de responsabilização da Contratada, previstos neste Contrato.

11.7. A planilha de medição será elaborada conforme planilha de preços contratada, inclusive seguindo o mesmo padrão de unidades, medindo somente os serviços efetivamente executados.

11.8. Toda medição, ao final, deverá conter a anuência da Contratada, mediante assinatura do Responsável Técnico e do representante Legal da Contratada.

11.9. Somente após a confecção da Planilha de Medição, a qual deverá ser elaborada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao período medido ou da expedição da NAD/Ordem de Serviço pela DPE-MT (medição de ofício), poderá ser emitida a respectiva Nota Fiscal dos serviços executados, para fins de pagamento dos valores contratados.

11.10. Depois de fechada a Planilha de Medição, a Contratada apresentará a Nota Fiscal à DPE MT, a qual será encaminhada ao fiscal do contrato, a quem caberá atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento.

11.11. A medição final, bem como o Termo de Recebimento dos serviços serão elaborados por Comissão ou fiscal Engenheiro/arquiteto designado pela autoridade superior quando concluídos todos os serviços.

11.12. No processo de medição, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo Município.

11.13. A alteração do cronograma físico-financeiro deve deverá ser previamente analisada e aprovada pela DPE-MT.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1. Os pagamentos dos serviços executados mensalmente se processarão na forma de **empreitada por preço global**, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no orçamento referencial da DPE MT e os respectivos valores propostos pela Contratada, executados na etapa finalizada, dentro dos limites previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

12.1.1. O pagamento será realizado somente sobre os serviços executados, ou seja, não será permitido pagamento de materiais e/ou equipamentos apenas adquiridos ou postos em obra sem a devida instalação.

12.2. Para fins de liquidação, o fiscal administrativo do contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.2.1. o prazo de validade.

12.2.2. a data da emissão.

12.2.3. os dados da nota de empenho e do órgão contratante.

12.2.4. o período respectivo (mês de competência) de execução dos serviços.

12.2.5. o valor a pagar; e

12.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

12.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o gestor do contrato deverá adotar as medidas necessárias à anotação da falta nos autos do processo administrativo correspondente, para fins de inclusão em seu registro cadastral (§§ 3º e 4º do art. 88 da lei n. 14.133/2021).

12.6. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, depois

das realizações das medições, que serão elaboradas a cada 30 (trinta) dias, contados a partir da data de início da obra. As medições serão realizadas por Engenheiro Civil/Arquiteto da Diretoria de Infraestrutura Física, designado como fiscal do contrato, elaboradas conforme a execução da obra e considerando apenas as etapas efetivamente concluídas.

12.7. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento a partir da sua reapresentação.

12.8. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Nota de Autorização de Despesas.

12.9. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Projeto Básico, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções.

12.10. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

12.11. A irregularidade fiscal da empresa não poderá ser motivo de retenção de pagamento.

12.12. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública Estadual, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

12.13. A Nota Fiscal deverá ser protocolada junto à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso até 10º dia útil após a prestação dos serviços, cujo pagamento será realizado em até o **30 (trinta) dias, desde que** devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos.

12.14. O objeto contratado será incluído em ordem cronológica, conforme disposto no art. 141 da Lei n. 14.133/2021.

12.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária (art. 92, V da Lei n. 14.133/2021).

12.16. Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

12.17. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.18. A Contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato.

12.19. Junto às Notas Fiscais a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006.

12.19.1. Comprovante de pagamento do ISSQN da última medição paga à Contratada, indicando o município onde o serviço tenha sido realizado, nos termos da Lei nº 10.162/2014;

12.20. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

12.21. A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da Contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.22. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

12.22.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços.

12.22.2. Existência de débito da Contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato

Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este.

12.22.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a Contratada atenda cláusula infringida.

12.22.4. Paralisação dos serviços por culpa da Contratada.

12.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.26. Do pagamento simplificado:

12.26.1. Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do contratado, para pagamento, no mínimo:

a) a prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;

b) a prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do contratado.

12.26.2. Os pagamentos serão realizados mediante a comprovação:

a) prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

b) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;

c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, previsto no art. 27 da Lei Federal nº 8.036/1990, em plena validade, relativa à Contratada;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal);

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

12.26.3. Sendo a prestação de serviços realizada nas dependências da Defensoria Pública Estadual, reter-se-á da Contratada o percentual de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal ou fatura descontado o valor relativo ao custo dos materiais, quando houver, e recolher-se-á ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a importância em até 20 (vinte) dias do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.

12.26.4. O valor retido de que trata o item acima deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

12.26.5. Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos nos itens do pagamento simplificado devem estar válidos até o final do prazo para atesto do respectivo fiscal, não sendo impeditivo para pagamento o seu vencimento após esta data.

12.26.6. O atesto do fiscal deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos nesta cláusula e respectivo instrumento contratual.

12.26.7. A liberação de pagamento somente ocorrerá mediante comprovação de quitação das verbas trabalhistas e previdenciárias, havendo a possibilidade de a Administração efetuar o pagamento das verbas trabalhistas, quando estas não forem efetuadas, diretamente aos empregados.

12.26.8. Além dos documentos exigidos nos itens sobre pagamento simplificado poderá ser exigido da Contratada, para fins de pagamento, os documentos previstos no respectivo contrato ou instrumento equivalente.

12.26.9. As demais previsões acerca de pagamento não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

13. DO REAJUSTE, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

13.1. Do Reajuste de preços:

13.1.1. Será permitido o reajuste contratual cujo interstício mínimo para deferimento será o período de 12 (doze) meses, contado da data da proposta da empresa vencedora, indexado pelo INPC.

13.1.2. Não será concedido reajuste por índice inflacionário.

13.1.3. Os critérios da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro serão regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

13.3. Nos casos de obras e serviços de engenharia, a data do orçamento estimado é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso. (Nova redação dada pelo Dec. 779/2024).

13.4. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada, acompanhada de memorial do cálculo.

13.5. Independentemente do requerimento de reajuste formulado pela Contratada, a DPE-MT verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

13.6. O deferimento do reajuste somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste.

13.7. O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato.

13.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.9. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

13.10. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

13.11. Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

13.12. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada conforme cronograma físico aprovado pela fiscalização da DPE-MT.

13.13. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.14. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.17. Das alterações contratuais (aditivos de valor)

13.17.1. Será possível a realização de acréscimos ou supressões de quantitativos do objeto, nos termos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 279 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

13.17.2. Em havendo necessidade, o CONTRATADO deverá aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões de quantitativos de serviços contratados que se fizerem necessários, dentro do limite permitido na Lei nº 14.133/2021, sendo de 25% para obra nova ou ampliação.

13.17.3. Quando acrescido ao contrato a execução de serviços licitados (acréscimos no quantitativo), devem ser mantidos os mesmos preços unitários da planilha orçamentária da CONTRATADA.

13.17.4. Quando acrescido ao contrato a execução de serviços não licitados, os preços devem ser pactuados tendo como limite as referências de preços estabelecidas no artigo 17, §2º do Decreto Federal n. 7.983/2013, utilizando como a referência de preços publicação mais atual da planilha SINAPI.

13.17.5. Quando os serviços / insumos de serviços não licitados constarem na tabela referencial SINAPI deverão ser observadas as seguintes orientações:

13.17.5.1. Será pesquisado o valor do serviço mais apropriado, obtido através da planilha SINAPI, extraída da planilha mais atual de insumos e composições de serviços.

13.17.5.2. Se necessário, serão realizados ajustes nas composições da SINAPI para adequar o serviço às particularidades executivas da obra.

13.17.5.3. Será aplicado o BDI de referência do orçamento da CONTRATADA.

13.17.5.4. Será aplicado o fator de desconto apresentado pela licitante em relação ao orçamento-base.

13.17.6. Quando os serviços/ insumos de serviços não licitados não constarem na tabela referencial SINAPI deverão ser observadas as seguintes orientações:

13.17.6.1. O CONTRATANTE realizará pesquisa de mercado do serviço/insumo junto a prestadores de serviços e fornecedores, adotando a mediana pesquisada como parâmetro.

13.17.6.2. Se necessário, serão realizadas composições próprias para adequar o serviço às particularidades executivas da obra.

13.17.6.3. Será aplicado o BDI de referência do orçamento da CONTRATADA.

13.17.6.4. Será aplicado o fator de desconto apresentado pela licitante em relação ao orçamento-base.

13.18. Das alterações contratuais (aditivos de prazo)

13.18.1. Para o caso de eventuais aditivos de prazo, a contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro ajustado ao prazo pleiteado, juntamente com as justificativas para a prorrogação da vigência de prazo de execução e contratual.

13.18.2. Nos casos onde a necessidade da dilação de prazo partir da necessidade de execução de serviços adicionais solicitados pela Contratante, a mesma apresentará a reprogramação do cronograma, a qual a Contratada deverá analisar e, estando de acordo, dar o aceite.

13.19. Dos documentos a serem apresentados na solicitação de aditamento de prazo e valor

13.19.1. Justificativa da necessidade de renovação contratual (Artigos nº 105, 106 e 107, da Lei 14.133/2021).

13.19.2. Manifestação sobre a qualidade dos serviços prestados pela Empresa Contratada.

13.19.3. Anuência devidamente assinada pelo Representante da Empresa Contratada.

13.19.4. Certidões e demais documentos referentes à empresa Contratada, a serem relacionados pela Diretoria de Aquisições e Contratos.

13.19.5. Cronograma físico-financeiro atualizado.

14. DAS GLOSAS:

14.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à Contratada, nas seguintes hipóteses:

14.1.1. Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato ou documento equivalente, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc.

14.1.2. Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

14.2. As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da Contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, ou documento equivalente, mês da prestação dos serviços, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da DPMT. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

14.3. Na hipótese de silêncio ou inércia da Contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

14.4. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à Contratada, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

14.5. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

14.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

14.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.7.1. Não produziu os resultados acordados.

14.7.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.7.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA:

15.1. Além das estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da DPE-MT:

15.1. Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

15.2. Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.

15.3. Liberar as áreas destinadas ao serviço.

15.4. Fornecer à Contratada todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.

15.5. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.

15.6. Certificar, por meio de fiscal designado, as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.

15.7. Pagar as faturas emitidas pela Contratada, que forem regularmente liquidadas.

15.8. Notificar a Contratada, por escrito, de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a extinção, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas no Edital, Contrato e em legislação pertinente.

15.9. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas neste Contrato.

15.10. Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos e especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

15.11. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à Contratada o direito de solicitar da fiscalização/Contratante, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.

15.12. Solicitar que a Contratada, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato.

15.13. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a Contratada, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

15.14. Garantir o acesso da Contratada e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.

15.15. Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

15.16. Designar a fiscalização do contrato ou da obra.

15.17. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.

15.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.18.1. A DPE-MT terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.19. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

15.20. Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.21. Verificar a regularidade fiscal da Contratada, a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato, nos termos do art. 245, do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

15.22. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.23. A DPE MT não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.24. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso – DPE-MT coibirá situações associadas a assédio moral, sexual ou discriminação conforme Resolução Nº 006/2023/DPG, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por agentes públicos no relacionamento entre seus servidores e a Contratada.

15.25. Ainda são obrigações da DPE-MT:

15.25.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências da Defensoria Pública;

15.25.2. Permitir ao pessoal da Contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

15.25.3. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/ prestação de serviço;

15.25.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

15.25.5. Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;

15.25.6. Recusar os bens/serviços devolvê-los nas seguintes hipóteses:

15.25.6.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

15.25.6.2. Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Projeto Básico;

15.25.6.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.

15.25.7. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto Estadual nº 1.525/2022, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, em moeda corrente desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

15.25.8. Se for o caso, exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiverem sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

15.25.9. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - DPMT coibirá situações associadas a assédio moral, sexual ou discriminação conforme Resolução Nº 006/2023/DPG, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por agentes públicos no relacionamento entre seus servidores e a Contratada.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. Além das estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como neste instrumento, constituem obrigações da Contratada:

16.1.1. Executar os serviços contratados, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores resultados, realizando os serviços descritos no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e nos Projetos, de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência.

16.1.2. Cumprir o cronograma físico-financeiro aprovado pela DPE-MT, sob pena de apuração de sua responsabilidade pelo atraso.

16.1.3. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o caderno de encargos, as especificações e os demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos trabalhos.

16.1.4. A Contratada deverá comunicar à contratante qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços.

16.1.5. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

16.2. Após a assinatura do Contrato, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço/NAD, a Contratada deverá entregar a DIF – Diretoria de Infraestrutura a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela Obra ou Serviço de Engenharia (Lei 5.194/66), objeto deste contrato.

16.3. Caberá ainda à Contratada, apresentar todas as ARTs referentes ao objeto, registradas pelos profissionais em função de execução de outras atividades técnicas citadas neste contrato, aditivo contratual, substituição de responsável técnico ou contratação ou subcontratação de outros serviços, devidamente vinculadas à ART inicialmente registrada, com o objetivo de identificar a rede de responsabilidades técnicas da obra ou serviço (art. 12 da Resolução nº 1.025/09, do CONFEA e art. 10 do Decreto Federal nº 7.983/13).

16.4. Atender a Instrução de Serviço nº. 03 de 04 fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Responsabilidade Ambiental da Contratada – RAC, bem como, comprometer-se a cumprir a legislação ambiental vigente da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais legislações pertinentes.

16.5. Manter situação regular junto ao SICAF.

16.6. Responsabilizar-se pela produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte.

16.7. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto deste Contrato, para os Servidores ou Empregados da DPE-MT e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

16.8. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

16.8.1. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido à Contratada por serviços já prestados ou produtos já entregues e recebidos sem ressalvas pela DPE-MT, com exceção dos contratos de terceirização de serviços, nos quais será admitida a retenção de pagamento para garantir o pagamento dos trabalhadores vinculados à prestação do serviço.

16.9. Designar formalmente e manter preposto, aceito pela DPE MT, para representá-lo na execução do contrato (art. 256 do Decreto Estadual nº 1.525/2022).

16.10. Manter no Canteiro de Obras, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

16.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.12. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela DPE-MT, que ficará autorizada a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à DPE-MT e não poderá onerar o objeto do contrato.

16.14. Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis à DPE-MT, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência, e manter endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações.

16.14.1. O prazo estipulado nas notificações enviadas por meio eletrônico se inicia no dia útil subsequente ao do recebimento do e-mail, independentemente de confirmação de leitura.

16.15. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações, nos termos do art. 140, §4º, da Lei 14.133/21.

16.16. Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

16.17. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

16.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

16.19. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.20. Paralisar, por determinação da DPE-MT, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021, 247, § 1º do Decreto Estadual nº 1.525/2022).

16.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).

16.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

16.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

16.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.26. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

16.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.28. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

16.29. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

16.30. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 14.133/2021 e no Decreto Estadual 1.525/2022.

16.31. Se a DPE-MT relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Contratada, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

16.32. A inobservância das regras previstas neste documento acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da DPE-MT.

16.33. A Contratada se compromete ainda a:

16.33.1. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos bens/serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

16.33.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

16.33.3. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

16.33.4. Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

16.33.5. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

16.33.6. Executar a prestação, conforme a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações deste Projeto Básico, proposta de preço apresentada, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

16.33.7. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, e/ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

16.33.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;

16.33.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;

16.33.10. Indenizar terceiros e/ou este Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

16.33.11. Incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado nos preços ofertados (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);

16.33.12. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;

16.33.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

16.33.14. Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

16.33.15. Cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto, que por ventura não tenham sido explicitados neste Projeto Básico, contrato e /ou documento equivalente;

16.33.16. Fornecer os bens/executar o serviço dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;

16.33.17. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;

16.33.18. Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

16.33.19. Adotar, se for o caso, os princípios da logística reversa na execução do objeto (descarte, rotas de entrega, parcerias, políticas de devolução, etc).

16.33.20. Reservar vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obras e serviços pelo Estado de Mato Grosso, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879/2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891/2013, na seguinte proporção:

a) até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;

b) de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;

c) de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).

16.33.21 A Contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da Contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada.

16.33.22. Autorizar o contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.33.23. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação permanente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

16.33.24. Instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a eles inerentes, especialmente sobre a obtenção de extratos de recolhimentos da contribuição previdenciária e FGTS.

16.33.25. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

16.33.26. Para efeito de comprovação da comunicação, o contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

16.33.27. A Contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa.

16.33.28. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

16.33.29. Será da competência da Contratada conhecer as condições do local de implantação da edificação e seu terreno com os seguintes objetivos:

a) Inteirar-se dos projetos existentes, como um todo, estendendo a análise aos desenhos, memoriais descritivos e especificações e confrontando com a realidade local, a fim de alcançar a melhor técnica construtiva na etapa da execução da obra.

b) Conhecer todas as características do local da obra e demais condicionantes visando um planejamento eficiente, antecipando os possíveis percalços bem como a escolha do melhor sistema construtivo e materiais adotados no tocante as:

I. Condições do meio ambiente (solo, ventos dominantes, insolação, temperatura ambiente, período de estiagem, período chuvoso, intensidade pluviométrica e outros);

- II. Posturas legais relativas a critérios de segurança e à aprovação da documentação em geral nos órgãos competentes;
- III. Condições relativas às vias de acesso e dimensões do canteiro de serviço;
- IV. Condições topográficas e geológicas;
- V. Condições de mercado relativas à disponibilidade de mão de obra qualificada e em quantidade suficiente, de materiais para construção, de máquinas e equipamentos que dependam de locação, tais como guinchos, guindastes, gruas, etc., e de empresas especializadas em prestação de serviços específicos;
- VI. Dos prazos, custos e condições dos fabricantes para aquisição dos equipamentos/materiais previstos nos projetos;
- VII. Das tributações referentes a importação de equipamentos, diferença de ICMS entre os Estados, custos de fretes;
- VIII. Disponibilidade de água potável e para uso na construção, energia elétrica, telefone, internet e alimentação para o canteiro de obras;
- IX. Das condições de segurança local, quanto a proteção patrimonial e dos funcionários no canteiro de obra;
- X. Das condições de segurança no canteiro de obras regidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- XI. Não será aceita pela fiscalização nenhuma reclamação ou justificativa de atraso no cronograma por parte da Contratada motivada por qualquer dos fatores mencionados na alínea anterior;
- XII. Refazer a obra ou serviço, que durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeitos construtivos ou quaisquer outros vícios que, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído, por ação ou omissão da Contratante;
- XIII. Arcar com os custos de horas extras e jornadas de trabalho em período noturno, finais de semana e feriados (se for o caso), respeitando o que determina a Lei nº 605/49;
- XIV. Promover treinamento dos trabalhadores para a prevenção de doenças e de acidentes no meio ambiente de trabalho na construção, bem como adotar medidas preventivas de segurança do trabalho;
- XV. Permitir a qualquer momento o acesso irrestrito no canteiro de obras, da equipe da fiscalização da DPE MT;
- XVI. Manter vigias constantemente no canteiro até o recebimento da obra pela Contratante, inclusive em casos de paralização da obra por qualquer que seja o motivo;
- XVII. Zelar pela integridade da obra e pela boa conservação dos serviços já executados até a entrega da obra à Contratante;
- XVIII. Entregar a obra com todas as instalações e todos os equipamentos em perfeito funcionamento, inclusive com bom acabamento, sem avarias que possam afetar a utilização do mesmo.
- XIX. A empresa Contratada deverá realizar o controle tecnológico e todo tipo de ensaios pertinentes a cada serviço necessário à implantação da atividade;
- XX. Após a conclusão dos serviços, todo o local da obra e suas vias de acesso e adjacências deverão ser entregues limpos, sem material excedente, bem sinalizado e pronto para o uso.

17. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

17.1. Do recebimento (art. 140, IX da Lei n. 14.133/2021)

17.1.1. O recebimento provisório se dará após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços quando verificado o cumprimento das exigências pactuadas (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.1.2. A empresa Contratada deverá informar por e-mail a finalização dos serviços para que a Fiscalização agende a vistoria. Após a vistoria, a Fiscalização emitirá termo detalhado em até 7 (sete) dias úteis, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, caso existam, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes.

17.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

17.1.4. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal administrativo do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, bem como a análise do desempenho e qualidade dos serviços realizados em consonância com os relatórios produzidos pelos fiscais técnicos.

17.1.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a perfeita execução dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.1.6. A fiscalização não efetuará o ateste da prestação de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

17.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.1.8. Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

17.1.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

17.1.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.1.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

17.1.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.1.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

17.1.9. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, conforme Art. 140, § 6º da lei nº 14.133/2021.

17.1.10. O Termo Detalhado elaborado pelo fiscal administrativo deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.1.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.2.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

17.2.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17.2.14 Quanto à eventual glosa de valores, bem como forma e prazo de pagamento, estes estão disciplinados em cláusula específicas deste instrumento.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.1. Será permitida a subcontratação dos serviços contratados, desde que antecipadamente aprovado pela fiscalização.

18.2. A fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

18.3. Não será permitida a subcontratação do item “Administração da Obra”.

18.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. Não haverá qualquer vínculo ou relação jurídica entre a contratante e as subcontratadas.

18.5. As empresas ou profissionais subcontratados, onde pertinente, deverão estar devidamente registrados no CREA, como responsável técnico capacitado a executar os serviços especificados.

18.6. A Contratada deverá submeter à prévia aprovação da Fiscalização Técnica da Contratante, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início do serviço a subcontratar, os documentos da empresa ou do profissional que pretenda subcontratar, acompanhada da Inscrição ou Certidão de Registro no CREA, em plena validade, e do comprovante da capacidade técnica operacional da empresa ou do acervo técnico do profissional, quando for o caso.

18.7. A substituição pela Contratada do(s) eventual(ais) subcontratado(s) (empresas ou profissionais), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da Contratante, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas.

18.8. Durante o período da subcontratação, a empresa contratada deverá exigir de suas subcontratada(s) a manutenção, das condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica exigidas na licitação, independente de fiscalização, mas assegurado a observância ao princípio da boa-fé objetiva.

18.9. Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnados pela Contratante, cabendo à Contratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

18.10. Será possível a subcontratação do objeto contratual quando cumulativamente:

18.10.1. Não houver vedação de subcontratação no edital e respeitados eventuais limites nele indicados;

18.10.2. O subcontratado possuir capacidade técnica para execução dos serviços subcontratados, além de cumprir condições de habilitação e qualificação jurídica, fiscal e trabalhista;

18.10.3. O subcontratado ou seus dirigentes deverá observar todas as vedações do §3 do art. 122 da Lei 14.133/2021.

18.11. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, a subcontratação da parcela que tenha sido critério de comprovação da qualificação técnica, quando da realização do procedimento de contratação.

18.12. Poderá ser subcontratado o objeto pela seguradora para conclusão da sua execução, na forma do art. 102 da Lei 14.133/2021.

18.13. Caberá ao contratado propor a subcontratação por meio de petição fundamentada dirigida ao gestor e devidamente acompanhada da indicação do subcontratado e sua documentação, cabendo à Defensoria Pública Estadual decidir fundamentadamente sobre o pedido.

18.14. A subcontratação não exonera o contratado da responsabilidade pela execução de todo o objeto contratual na forma e no prazo previsto em contrato.

18.15. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

18.16. Todas as questões referentes a subcontratação não expressas no presente tópico serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

19.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Sem prejuízo das regras previstas na Lei nº 14.133/2021, a Contratada comete ato passível de sanção ao:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Ao incorrer nas infrações acima descritas, serão aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à Administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 368 do Decreto Estadual nº 1.525/2022);

19.2.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do **item 19.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 370 do Decreto Estadual nº 1.525/2022);

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá a Contratada de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.2.3.1. Esta penalidade será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **item 19.1**, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 371 do Decreto Estadual nº 1.525/2022).

19.2.4. Multa:

a) moratória, em razão do atraso injustificado, na proporção de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre a parcela não executada e prevista para o período, no cronograma físico financeiro;

b) moratória de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2,5% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, bem como de documentos necessários ao pagamento das medições ou outro documento solicitado pela fiscalização.

b.1) atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a DPE-MT a promover a extinção do presente contrato unilateralmente, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da sanção acima estipulada;

c) compensatória de **0,5% (cinco décimos por cento) à 15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela Contratada, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, calculado sobre o percentual de execução do contrato conforme a seguir:

c.1. Saldo contratual $\leq 25\%$ = multa compensatória de 5% (cinco por cento) e impedimento de licitar por 06 (seis) meses;

c.2. Saldo contratual de 25,01% a 50% = multa compensatória de 10% (dez por cento) e impedimento de licitar por 01 (um) ano;

c.3. Saldo contratual de 50,01% a 75% = multa compensatória de 12% (doze por cento) e impedimento de licitar por 02 (dois) anos;

c.4. Saldo contratual $\geq 75\%$ = multa compensatória de 15% (quinze por cento) e impedimento de licitar por 03 (três) anos.

d) compensatória de **15% (quinze por cento) à 30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;

d.1) No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

19.3. A aplicação de multa moratória não impedirá que a DPE-MT a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 1.525/2022.

19.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

19.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

19.6. A multa eventualmente imposta à Contratada, poderá ser descontada dos pagamentos devidos à mesma, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com a Administração Pública Estadual.

19.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela DPE MT à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

19.6.2. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber da DPE-MT ou os valores do pagamento e da garantia contratual não forem suficientes para a compensação do valor devido, ser-lhe-á concedido o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, para efetuar o pagamento da multa.

19.6.3. Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, o contratante providenciará o encaminhamento do processo para que seja realizada a cobrança judicial.

19.6.4. Caso a DPE-MT tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a Contratada ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

19.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à DPE-MT (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

19.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 371 do Decreto Estadual nº 1.525/2022):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes conforme definidas nos artigos 373 e 374 do Decreto Estadual nº 1.525/2022;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f) situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- g) a conduta praticada e a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

19.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei e nos regulamentos estaduais complementares.

19.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada

com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12. Antes da remessa para cobrança judicial dos créditos oriundos de contrato administrativo, a DPE-MT deve optar, preferencialmente, pela compensação com eventuais pagamentos devidos à Contratada, independentemente de estes ou aqueles decorrerem de contratos distintos. **(nos termos da ORIENTAÇÃO JURÍDICO-NORMATIVA 014/CPPGE/2022.)**

19.13. Após a apuração dos fatos e responsabilização da empresa, as penalidades aplicadas constarão registradas nos sistemas informatizado do Estado de Mato Grosso (Cadastro de Fornecedores) e do Poder Executivo Federal, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

19.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.15. Poderá a Contratada ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

19.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, nos artigos 376 e 377 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 7.692/2002.

20.DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

20.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

20.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a DPE-MT providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

20.2.1. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da Contratada:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

20.3. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do artigo 137 da Lei nº 14.133/202, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos no Decreto Estadual nº 1.525/2022 e nas demais legislações aplicáveis.

20.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

20.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

20.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20.4. Nos termos do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/21, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da DPE MT, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes;
- c) por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da DPE MT;
- d) por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou
- e) por decisão judicial.

20.4.1. A extinção com base nas alíneas “a” e “b” deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20.4.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

20.4.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da DPE-MT, a Contratada será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

20.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021 e 284 do Decreto Estadual nº 1.525/2022).

20.6. O termo de rescisão será ser publicado no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.7. Ocorrendo a rescisão do contrato, a DPE-MT constituirá "Comissão" para arrolamento da situação dos serviços, no momento da sua paralisação e concederá prazo corrido de 48 (quarenta e oito) horas para que a Contratada indique seu representante.

20.7.1. Vencido o prazo e não indicando a Contratada o seu representante ou não comparecendo o indicado para execução dos trabalhos, a "Comissão" fará o respectivo arrolamento.

20.7.2. Em quaisquer das hipóteses as partes declaram aceitar incondicionalmente o relatório de arrolamento feito.

20.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

20.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.8.3. Indenizações e multas.

20.9. O contrato também poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

21. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

21.1. O contrato poderá ser alterado na forma do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 277 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

21.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021 e 275 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

21.3. Durante a vigência do contrato, a Contratada poderá solicitar **revisão dos preços** para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n. 14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

21.3.1. A DPE MT responderá eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1(um) mês, contado da data da solicitação.

21.4. O requerimento de revisão nos moldes do artigo 270 do Decreto Estadual nº 1.525/2022 deverá ser fundamentado e indicar o fato extraordinário imprevisível e desequilíbrio de preços e insumos, este último devidamente acompanhado de documentação comprobatória da variação de preços.

21.4.1. Caberá à DPE MT confirmar a ocorrência de fato extraordinário, bem como realizar nova pesquisa de preços atualizada.

21.4.2. De acordo com pesquisa de preços realizada, os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta com aquele vigente no mercado à época da licitação.

21.4.3. Constatado que o preço está superior à média dos preços de mercado, a DPE MT solicitará formalmente à Contratada a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no subitem anterior.

21.5. Os pleitos de alteração do contrato e dos preços contratados, sejam qualitativas ou quantitativas, passarão por análise contábil e jurídica da DPE MT, cabendo ao 1º Subdefensor Público Geral a decisão sobre o pedido.

21.6. Sendo as alterações decorrentes de falhas de projeto, caberá 1º Subdefensor Público Geral, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade do responsável técnico, bem como adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

21.7. Nas alterações unilaterais com base no inciso I do caput do art. 124 da Lei Geral de Licitações:

a) a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

b) não poderá resultar na transfiguração do objeto da contratação.

c) deverá ser apresentado pela área solicitante fato ou motivo superveniente que justifique a necessidade de ampliação do objeto.

21.7.1. Para efeitos dos limites da alínea “a”, é vedada a compensação entre acréscimos e supressões. O mero restabelecimento total ou parcial dos quantitativos suprimidos nos mesmos itens não se configura compensação

21.7.2. No caso da alínea “b”, quando não houver fato ou motivo superveniente, sendo a necessidade decorrente de possível falha de planejamento, o aditivo poderá ser formalizado desde que haja justificativa de interesse público específica ratificada pelo 1º Subdefensor Público Geral.

21.7.3. Os autos deverão ser instruídos com parecer técnico da área técnica e cronograma físico-financeiro, se for o caso.

21.7.4. Exceto nos casos de prorrogação contratual, os processos administrativos para realização de aditivos contratuais estarão dispensados da demonstração da vantajosidade, considerada como válida para tal aditivo a pesquisa de vantajosidade realizada para a contratação original, bem como a pesquisa determinada pelo art. 289, § 1º, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, salvo se houver notória alteração posterior das condições de mercado ou de preço.

21.8. Se o contrato não contemplar preços unitários, eles serão fixados para fins de aditamento, por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no **item 21.7, alínea “a”**.

21.9. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

21.9.1. Em casos excepcionais e justificados essa diferença poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto Estadual nº 1.525/2022, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

21.10. Nos casos de supressão, sendo constatado pela fiscalização que os materiais foram adquiridos e colocados no local dos trabalhos pela Contratada, a DPE-MT pagará os custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, sem prejuízo da indenização por outros danos eventualmente decorrentes, desde que regularmente comprovados.

21.11. Em havendo aumento ou diminuição dos encargos da Contratada na alteração unilateral, caberá à DPE-MT, no mesmo aditivo, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

21.12. Excepcionalmente, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021 e 285 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, nos casos de justificada necessidade, poderão ser antecipados os efeitos do termo aditivo, desde que a solicitação venha acompanhada de motivação satisfatória e devidamente autorizada pelo 1º Subdefensor Público Geral, bem como precedida de análise jurídica, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

21.13. Ocorrendo a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, os preços contratados deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

22. DOS RESULTADOS ESPERADOS DIRETOS E INDIRETOS:

22.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

22.1.1. Proporcionar melhores condições de trabalho aos Defensores Públicos e servidores que atuarão no imóvel.

22.1.2. Proporcionar um atendimento adequado, humanizado e privativo aos assistidos.

22.1.3. Diminuição dos gastos com pagamentos de aluguéis.

22.1.4. Criação de uma padronização visual e física dos Núcleos.

22.1.5. Construção de imóveis acessíveis, com tecnologias sustentáveis e que atendam integralmente às necessidades atuais e futuras da Instituição.

23. DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS:

23.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), bem como a Resolução nº 018/2022/DPG, fica estabelecido que:

23.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

23.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou dos clientes deste para a Contratada.

23.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

23.1.4. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

23.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.

23.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

23.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

23.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; conforme a política de privacidade e demais normas internas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

23.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da

LGPD.

23.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

23.1.11. A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

23.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

23.1.13. A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) data e hora provável do incidente.
- b) data e hora da ciência pela Contratada.
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente.
- d) número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos.
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes.
- f) os riscos relacionados ao incidente.
- g) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido.
- h) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

23.1.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

23.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações do Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

23.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para execução dos serviços:

- a) adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para execução do objeto do Contrato.
- b) realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos.
- c) efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora.
- d) manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem.
- e) seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

24. DA FISCALIZAÇÃO:

24.1. Sugere-se a nomeação dos seguintes servidores para a Fiscalização do Contrato:

24.1.1. Fiscalização Técnica:

- 24.1.1.1.** Fiscal Técnico do Contrato: Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa.
- 24.1.1.2.** Fiscal Técnica substituta: Daniele Laurini.
- 24.1.1.3.** Sugere-se que a autoridade superior designe fiscais da Diretoria de Governança Digital e Inovação para auxiliar na fiscalização.
- 24.1.1.4.** O fiscal do contrato deverá se atentar a todas as atribuições a ele estabelecidas por meio do art. 15 c/c o art. 310 ao 313 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 24.1.2.** Fiscalização Administrativa:
- 24.1.2.1.** Fiscal Administrativo: sugere-se que a Autoridade Superior designe servidor da Diretoria de Aquisições e Contratos como fiscal administrativo.
- 24.1.3.** Gestão do Contrato:
- 24.1.3.1.** A gestão do contrato será realizada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral, com apoio da área técnica responsável pela execução contratual, em conjunto com a Coordenadoria de Contratos da Defensoria.
- 24.1.3.2.** Serão observadas pelos gestores as atribuições elencadas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 23.1.4.** Os fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.
- 24.2.** Sugere-se que a autoridade superior designe o servidor ou comissão para verificação do atendimento das exigências contratuais, e posterior elaboração de termo detalhado para recebimento definitivo conforme previsto no Art. 140 da lei 14.133/2021.
- 24.3.** A Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021).

25. DAS ANTICORRUPÇÃO:

- 25.1.** Para execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda pelos propositos e colaboradores.
- 25.2.** Consta em anexo do contrato o Termo Anticorrupção, expresso pelo contratado, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

26. DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA:

- 26.1.** A Contratada reconhece os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:
- 26.1.1.** Extinguir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.
- 26.1.2.** Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato e/ou documento equivalente a este.

27. DO DIREITO DE PETIÇÃO:

- 27.1.** No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 143 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 28.1.** A DPE-MT deverá providenciar a publicação do extrato deste contrato, contendo a descrição do objeto, valor contratado, partes contratantes, número do processo administrativo e prazo para execução, no Diário Oficial do Estado – DOE-MT, no prazo previsto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 28.1.1.** Divulgará ainda, os contratos administrativos e seus aditivos, como condição de eficácia, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do órgão contratante, conforme art. 296 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na DPE-MT.

28.3. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

28.4. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

28.5. A nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021

28.6. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, supletivamente as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, normas e Princípios Gerais dos Contratos e disposições do direito privado.

28.7. Se qualquer das partes contratantes relevar alguma eventual falta relacionada com a execução deste Contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas, para o cometimento de outras.

28.8. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da Contratada ou de seus subcontratados, cabe a ela resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do Trabalho.

28.9. A Contratada não poderá autorizar a visita ao local de execução dos serviços de pessoas estranhas aos mesmos, salvo autorização expressa da DPE-MT.

28.10. É vedado à Contratada negociar duplicatas ou qualquer outro título cambial emitido contra a DPE-MT.

28.10.1. O descumprimento desta condição contratual ensejará a aplicação das cominações ajustadas neste Instrumento.

28.11. Os documentos discriminados neste Contrato e os que vierem a ser emitidos pelas partes, em razão deste, o integrarão para todos os fins de direito, independente de transcrição e lhe são anexos.

28.12. Compete à DPE-MT dirimir divergência, de qualquer natureza, havida entre os documentos integrantes deste Instrumento.

28.13. As partes considerarão completamente cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela DPE-MT.

28.14. No caso de eventual e comprovada necessidade de substituição de membro(s) da equipe técnica, indicada para execução dos serviços, mormente em se tratando de Responsável(is) Técnico(s), o(s) nome(s) e os dados demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu(s) substituto(s) deverão ser, tempestivamente, submetidos à análise e aprovação do gestor do contrato e ratificação pelo seu superior; mantendo-se as exigências da referência, currículo e atestados equivalentes ou superior ao inicialmente consignado.

28.14.1. A capacitação técnica do substituto será analisada e pontuada de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, e deverá ser, no mínimo, igual à do substituído.

28.15. Poderá a DPE MT exigir, a qualquer tempo, apresentação em até 48 (quarenta e oito) horas e relativa ao(s) mês(es) anterior(es), das Guias de Recolhimento do INSS e FGTS relativo aos funcionários alocados nos serviços da obra, bem como comprovação do pagamento de salários, horas-extras, vale-transporte, se houver, alimentação, carteira de trabalhos e/ou contratos temporários, entre outras comprovações relativa a força de trabalho envolvida na obra, inclusive o corpo técnico de engenharia/arquitetura.

29. DA VINCULAÇÃO:

29.1. Vincula-se ao contrato e/ou documento equivalente a este, Estudo Técnico Preliminar,

Edital e anexos, proposta da Contratada, e a Nota de Autorização de Despesa.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

30.1. Diante do exposto submete-se o presente Projeto Básico à consideração da Autoridade superior competente, para análise e determinação quanto à contratação.

Cuiabá/MT, 14 de outubro de 2024

Guilherme Antonio R.S.N Barbosa
Coordenador de Execução de Obras

Edvan Oládio Neves da Silva
Diretor de Infraestrutura Física

De acordo:

Érick Rocha Said
Diretor de Aquisições e Contratos

ANEXO 1 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento do local onde se realizará a obra de construção do Núcleo de Barra do Bugres da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, responsabilizando-me pela execução da mesma e pela fiel observância da execução do objeto de acordo com os projetos, memoriais, especificações técnicas e planilha orçamentária, caso eu seja a vencedora do certame. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e global apresentados, bem como demais elementos técnicos fornecidos e, aceito, como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação.

Nome da Empresa: _____

(Assinatura do representante)

Responsável Técnico da Empresa: _____

Registro CREA N.º ou CAU N.º: _____

Município/UF, _____ de _____ de 2024.